

O CONSENSO MEDIÁTICO

Rosa Maria Vieira*

O consenso forjado - A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005, 461p.

De 1985 à década de 1990, o Brasil viveu significativos momentos históricos, pois, nesse período, completou-se a transição política que pôs fim à ditadura militar e teve início o desmonte do modelo desenvolvimentista, gestado a partir da era Vargas. No plano internacional, essa viragem seguiu de perto a derrocada da experiência “do socialismo real” e a crise capitalista de longa duração que pôs em xeque o fordismo keynesiano e abriu caminho à agenda do neoliberalismo e ao novo conjunto de valores éticos e políticos, que colocaram o intervencionismo do Estado e as políticas sociais sob suspeita e afirmaram o primado do mercado na mediação da sociabilidade humana. Foram as profundas mudanças nas bases de acumulação e de regulação social e política do capitalismo, nessa época, que fizeram com que o sistema ganhasse sua feição “flexível” neoliberal.

No contexto brasileiro, o desmonte do desenvolvimentismo e as modificações exigidas pela nova realidade do capitalismo “flexibilizado” impuseram um realinhamento das classes e frações sociais dentro do país, colocando em marcha uma disputa pela hegemonia, que as crises políticas e econômicas da Nova República tão bem expressaram. Nesse cenário de instabilidade política e reacomodação das forças econômicas e das relações de poder, a mídia, de modo geral, e a grande imprensa escrita, em particular, desempenharam papel de fundamental importância no que diz respeito à difusão dos princípios do novo consenso, de modo a pavimentar o caminho para as mudanças que viriam, sobretudo, a partir dos anos 90, durante governo Fernando Henrique Cardoso.

O livro *O Consenso Forjado*, de Francisco Fonseca, trata exatamente dessas questões, propondo-se a instigante tarefa de desvendar a influência político-ideológica da mídia impressa, como formadora de opinião e difusora das idéias que prepararam, durante as duas últimas décadas do século XX, as significativas alterações econômicas pelas quais passou o Brasil e o seu realinhamento no plano internacional, no contexto da mundiali-

zação financeirizada. Produto de rigorosa e exaustiva pesquisa para um doutoramento em Ciência Política, o trabalho não só desincumbiu-se do desafio, como também conseguiu se livrar dos escolhos acadêmicos, pois seu texto claro prende a atenção e facilita o entendimento do leitor interessado no exame das complexas relações entre a empresa jornalística e o processo político nacional mais amplo. Ou seja, este é o caso de um estudo que vem demonstrar que qualidade, rigor científico e clareza podem, perfeitamente, caminhar juntos.

No livro, Fonseca analisa os mais importantes periódicos da grande imprensa brasileira - *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* -, no período que vai de 1985 a 1992, acompanhando quotidianamente (o autor não se vale do recorte amostral) editoriais, cobertura jornalística e artigos, tendo como pressuposto a concepção de que o jornal é uma “instituição que, nas sociedades complexas, é capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar linhagens ideológicas”. Em outras palavras, Fonseca toma a imprensa como um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, como uma estrutura em que “se mesclam o público e o privado, [em que] os direitos do cidadão se confundem com os do dono do jornal. [Em que] os limites entre um e outro são muito tênues”. A idéia central é tratar os quatro grandes periódicos brasileiros como formadores de opinião, como órgãos que veiculam idéias que poderão, potencialmente, modelar a opinião de seus leitores, “um público mais homogêneo, constituído dos exíguos estratos médio e superior da hierarquia social brasileira” e, por isso, capaz de divulgá-las.

Francisco Fonseca se inspira em Gramsci ao conceber os jornais como *aparelhos privados de hegemonia* e seus leitores como *retransmissores das idéias centrais* que a grande imprensa elabora ou difunde, com o cuidado, no entanto, de não incorrer em automatismos reducionistas. É esse tratamento teórico-conceitual que, orientando sua análise do discurso jornalístico como um produto ideológico, permite-lhe desvendar o processo pelo qual visões de mundo e interesses particulares são apresentados como universais naturalizados, supostamente compartilhados por toda a “nação”.

Na primeira parte do livro, o leitor encontrará um abrangente histórico de um dos embates ideológicos cruciais no século XX: o confronto entre o intervencionismo de matriz keynesiana e o “*ultraliberalismo*”, denominação através da qual Fonseca prefere identificar o ideário neoliberal, em virtude do radicalismo dos pressupostos e da ação de seus partidários. Nesse segmento, apresenta um amplo inventário da resistência “*ultra-liberal*” à hegemonia intervencionista na organização econômica capitalista, no pós-30, notadamente a partir da II Guerra Mundial. Depois de agrupar as idéias-chave do “*ultraliberalismo*” em alguns princípios gerais - defesa da precedência da esfera privada sobre

a pública; desestatização da economia e privatização das empresas estatais; desmontagem do Estado de Bem-estar Social; quebra do pacto corporativo entre capital e trabalho; desregulamentação das relações trabalhistas, comerciais e financeiras; ênfase nas virtudes do livre-mercado e do Estado mínimo, entre outras -, Francisco Fonseca passa em revista os principais ideólogos e escolas do pensamento neoliberal.

No que diz respeito à Escola Austríaca, apesar das referências a Ludwig von Mises e a Walter Lippmann, o foco está direcionado para seu mais expressivo representante, Friedrich von Hayek, responsável pela grande contra-ofensiva neoliberal, que teve como principais instrumentos a *Sociedade Mont Pélerin* (criada na Suíça, em 1947, e que reunia a nata dos defensores do livre mercado, tais como Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Karl Popper, Milton Friedman, entre outros) e o livro *O Caminho da Servidão*, editado em 1944, e que se tornou a referência teórica do “*ultraliberalismo*”, sobretudo porque concebia o Estado intervencionista como supressor das liberdades individuais, comparando “a proteção [social] do Estado à de um **pai arbitrário**”.

Com relação à Escola de Chicago e a Milton Friedman, sua mais significativa expressão intelectual, Fonseca ressalta os princípios básicos da concepção monetarista, difundida pelos trabalhos desse teórico e de seus discípulos; a sua importância para os países que estruturaram sua orientação econômica com base na estabilidade monetária (a começar pela experiência pioneira no Chile, sob a ditadura de Pinochet) e, sobretudo, o modo como são concebidas as políticas públicas sociais. Nesse sentido, lembra que, para Friedman, a “solução da pobreza deveria ser transferida, [...] do Estado à iniciativa privada, ou melhor, à boa vontade e às consciências sensíveis dos **indivíduos altruístas**. Daí a **caridade** ser a recomendação do radicalismo ultraliberal para a sociedade cuidar dos pobres, pois ao mesmo tempo que estes seriam ‘auxiliados’, a liberdade individual estaria garantida. Afinal, ninguém seria obrigado a ajudar os necessitados [o Estado não obrigaria a sociedade como um todo a contribuir com um sistema de benefícios sociais], pois só o faria por livre e espontânea vontade”.

Fonseca não deixa, também, de fazer as necessárias referências à Escola de Virgínia (a *Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy*) responsável pelo *Public Choice* (cuja premissa é a aplicação da metodologia microeconômica neoclássica à análise política, histórica etc.), pelo desenvolvimento da Teoria do Individualismo Metodológico (“que concebe a sociedade, seus movimentos e transformações com base nos indivíduos e por meio deles”) e que tem James Buchanan como sua maior expressão.

Municiado desse instrumental, Francisco Fonseca parte, então, para o segmento mais importante de seu trabalho: a análise de cada um dos quatro periódicos da grande imprensa brasileira, durante a “Nova República”, vasculhando o perfil ideológico-editorial e

identificando o projeto político-econômico subjacente em cada um deles. Nesse segmento, o leitor vai encontrar a análise organizada por recortes temático-cronológicos, através dos quais o autor ordena o material incandescente produzido durante as disputas levadas a efeito entre os diversos atores sociais naquele período: a transição política que fecha o ciclo ditatorial, o temor da hiperinflação e o Plano Cruzado, as eleições e os trabalhos constituintes, a moratória da dívida externa e a eleição presidencial de 1989.

Demonstrando formidável paciência na organização de um vasto material de pesquisa (lembro, mais uma vez, que o autor não trabalha com amostragem) e grande capacidade de análise de discurso, Francisco Fonseca tece, aos poucos, a trama que envolve, numa mesma malha, o perfil ideológico, os projetos e os interesses de cada um dos grandes jornais brasileiros, acompanhando a crônica diária dos temas que empolgaram a sociedade brasileira nas duas últimas décadas do século XX.

Ao longo de mais de 400 páginas de instigante leitura, o leitor se verá confrontado com as teses centrais do autor, entre elas as de que os periódicos da grande imprensa no Brasil, durante os oito anos cobertos pela pesquisa, desempenharam um triplo papel: de “*aparelho privado de hegemonia*”, de empresa jornalística e de “*partido do Capital Global*”. No exercício desses papéis os periódicos, sem exceção, “*simplificaram*” os complexos problemas, reduzindo-os a uma polaridade dicotômica, desqualificando e estigmatizando as vozes contrárias à agenda “*ultraliberal*”. Independentemente da especificidade dos perfis editoriais e ideológicos de cada um dos jornais analisados (“*o liberalismo inconseqüente*” do JB, o “*doutrinarismo*” conservador de OESP, o “*governismo inveterado*” de OG, a volatilidade da FSP), todos eles conjuraram os conflitos de classe, combatendo radicalmente as greves dos trabalhadores, atingidos pelas reformas, em nome de alguns “*valores universais*” - o “*bem comum*”, a “*Nação*”, o “*povo*”, a “*democracia*” -, nem que para isso o apoio à “*minimização do Estado nas relações econômicas*”, tivesse que se acomodar, contraditoriamente, ao apelo à repressão estatal, mediante a aplicação da legislação autocrática herdada do período militar.

Para demonstrar que a grande imprensa brasileira atuou de modo antidemocrático e unilateral, justificando suas posições em termos doutrinários e utilizando-se de seu poder de veto - “*como se a imprensa fosse meramente propriedade particular*” e “*não houvesse obrigações e responsabilidades sociais, a começar pela primordial [...], a informação*”-, Fonseca lembra a negativa de alguns jornais publicarem anúncios pagos de entidades e pessoas que se opunham à agenda “*ultraliberal*”, como foram os casos das recusas do JB de publicar o chamamento à greve geral elaborado pelas Centrais Sindicais, ou de OG de veicular os comunicados do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

A unilateralidade ideológica, o fechamento da grande imprensa ao debate e ao acolhimento às visões alternativas e críticas cobram resposta a uma pergunta essencial: por que os jornais brasileiros aderiram à agenda “*ultraliberal*”, fazendo eco às proposições do *Consenso de Washington*? A resposta de Francisco Fonseca vai direto ao cerne da nossa questão nacional irresoluta: o “descompromisso histórico das elites brasileiras com os projetos nacionais”, a inexistência de “um projeto que pudesse promover a afirmação de uma soberania nacional nos termos dos próprios países capitalistas”. As elites brasileiras executaram o que sua condição historicamente subordinada lhes acenava como o mais imediatamente vantajoso: “a adesão a uma Agenda que implicaria investimentos internacionais, mesmo que a contrapartida fosse a desnacionalização[...], o desemprego, o empobrecimento da sociedade e a renúncia à soberania”.

De meados dos anos 80 à década de 90, a burguesia brasileira, diante da mundialização financeirizada de feição neoliberal, ou “*ultraliberal*”, como quer Francisco Fonseca, renunciou definitivamente ao que, a rigor, nunca fora capaz de constituir ao longo de sua história: um projeto de soberania e desenvolvimento nacional. E a grande imprensa - “poder sem freios nem contrapeso” - cumpriu a função de divulgar a agenda “*ultraliberal*”, procurando mostrar sua inevitável superioridade, contra a qual era toda e qualquer crítica deveria ser vista como resistência ao progresso e à modernidade e, desse modo, abrir caminho ao “*consenso forjado*”.

Os efeitos destrutivos da voragem neoliberal e do pensamento único estão por toda parte e cobram dolorosas faturas sociais. Para aqueles que se preocupam com o alto preço pago pelo Brasil e por toda América Latina e que teimam em construir alternativas generosas à barbárie capitalista contemporânea, o livro de Francisco Fonseca se apresenta, sem dúvida, como um importante instrumento para o debate e para a reflexão transformadora.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.